

Carta do Editor

Este número da *Desenvolvimento em Debate* apresenta uma série de artigos que analisam diferentes políticas setoriais. O artigo que abre o volume, *A formação do complexo florestal celulósico brasileiro*, indaga as condições que favoreceram a utilização do eucalipto como matéria-prima principal para a indústria de papel e celulose no Brasil, processo que representou uma guinada na indústria brasileira deste segmento. A autora afirma que o setor se transformou de um conjunto de pequenas fábricas em um complexo agroindustrial, com uma cadeia produtiva articulada, capaz de produzir a sua matéria-prima, antes, majoritariamente importada. Aquino afirma que o fator responsável da expansão do setor foi a “(...) articulação entre interesses agrários e industriais, mediados pelo Estado, que esteve e se mantém vinculado ao mesmo, ora como orquestrador de interesses; ora como investidor; e por vezes como promotor de políticas públicas”. Para fundamentar a reflexão, realizou-se pesquisa bibliográfica e análise de documentos relacionados ao aparato legal destinado ao setor no Brasil.

Na sequência, Francisco José Mendes Duarte, autor do artigo *O liberal desenvolvimentismo da FIESP nos governos do PT: a construção pragmática de uma agenda político-econômica* analisa a agenda política e econômica da Federação de Indústrias do Estado de São Paulo tomando como ponto de partida “(...) a luta em torno do contestável impeachment de Dilma Rousseff” e o posicionamento durante o governo Témer. Duarte mostra que a Fiesp passou de apoiar algumas das medidas econômicas do governo de Rousseff, por entender que estas poderiam reverter as elevadas taxas de juros e a apreciação cambial que reduziām a competitividade da indústria, a apoiar o programa *Uma Ponte para o Futuro* como oportunidade para avançar com grandes reformas liberais. Assim, o artigo adota como hipótese que o empresário industrial busca construir alianças para promover uma agenda de desenvolvimento, “(...) mas não hesita em rompê-las, com certa autonomia e enorme pragmatismo, diante dos constrangimentos políticos e econômicos que se impõem ao Brasil”.

A seguir, o artigo *A Embrapa e a formação de seus pesquisadores: objetivo, processo e perfil alcançado*, de Alex Mengel estuda o papel da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária como um fator decisivo para a estruturação da pesquisa agropecuária no Brasil, a partir dos anos 1970, e a importância do quadro de pesquisadores da organização, com “(...) elemento fundamental para a explicação de sua trajetória institucional”. Para isso, o artigo se debruça no processo que gerou a criação da Embrapa e sua posterior

consolidação, assim como no impacto da formação do quadro profissional da empresa. Mengel utiliza entrevistas com atores estratégicos para demonstrar a intenção dos idealizadores e dirigentes da Embrapa, de modificar a formação acadêmica dos pesquisadores com o intuito de atingir os objetivos pensados para a empresa. Assim, a política de seleção e formação da Embrapa foi pensada de modo a “(...) garantir que seus profissionais tivessem valores semelhantes, que falassem a mesma linguagem, que entendessem a agricultura e a realidade brasileira da mesma maneira e, assim, que concordassem em atuar no mesmo sentido”.

No quarto artigo do volume, Wallace Moraes e Luciana Simas, autores do artigo *Direitos trabalhistas no Brasil: contendas teóricas sobre o significado da sua criação e do seu papel social* apresentam uma análise teórica acerca do significado da intervenção do Estado na criação dos direitos trabalhistas no Brasil, visando analisar “(...) como parte da literatura das Ciências Sociais interpreta as leis do trabalho e o seu papel”. Baseada numa pesquisa bibliográfica, os autores identificam diferentes correntes teóricas, analisando especificamente as escolas que denominam de liberal, social-democrata e populista. A pesquisa analisa detalhadamente os elementos negligenciados pela literatura dessas escolas, que acaba deixando de lado o papel da ação coletiva dos próprios trabalhadores. Frente a essa postura teórico-metodológica, Moraes e Simas defendem o “resgate” da importância da ação coletiva dos trabalhadores, por meio de suas ações diretas, para conquista de direitos, devolvendo a eles o protagonismo.

A seguir, no artigo *Avaliação da aderência do modelo regulatório brasileiro no segmento de exploração e produção da Indústria de óleo e gás às “boas práticas” apontadas na literatura econômica*, Rodrigo Mendes Gandra e Helder Queiroz Pinto Junior apresentam uma análise do segmento de exploração produção focando em que medida se adequa o marco regulatório do setor no Brasil às boas práticas salientadas pela literatura econômica sobre regulação. Para isso, os autores avaliam o marco regulatório em dois períodos de tempo: a ratificação da Lei do Petróleo de 1997, que criou a Agência Nacional do Petróleo e os contratos de concessão e o momento posterior às reformas de 2009 e 2010 com a promoção dos contratos de partilha da produção, a criação da Pré-Sal Petróleo e mudanças de atribuições da Agência Nacional do Petróleo e do Conselho Nacional de Política Energética. Os autores concluem que NP e do CNPE. Os autores salientam que criou-se “um ambiente regulatório onde coexiste duas modalidades de contratação e sobreposição de atribuições”, o que “aumenta a complexidade, eleva a avaliação de riscos das empresas interessadas e aumenta o risco de falhas de coordenação dos órgãos governamentais”.

Silvia Zimmermann, Marcos de Oliveira Garcias & Dirceu Basso, autores do artigo *Participación y empoderamiento de las mujeres en las cooperativas: un estudio sobre la participación de mujeres en cooperativas de la agricultura familiar en Brasil* apresentam uma análise da prática cooperativa focando, particularmente, na compreensão da participação das mulheres nas práticas cooperativas. Utilizando um conjunto de entrevistas a mulheres de diferentes cooperativas, os autores visam compreender as motivações e limitações da participação feminina, com o intuito de entender que pojetos ou políticas podem contribuir para uma maior participação das mulheres. Os autores afirmam que as mulheres participam das cooperativas. No entanto, a percepção da participação acaba se reforçando no momento de participação mais ativa na produção ou serviço com o qual participam na rede da cooperativa. O artigo conclui no sentido de maior capacitação e visibilidade de questão de gênero nas cooperativas, elemento que deve ser, também, capturado pelas pesquisas.

A seguir, María Alejandra Nicolás & Claudia Kelly Mamani Catachura, autoras do artigo *Gobierno abierto: análisis de websites de datos abiertos gubernamentales en Argentina, Brasil y Paraguay*, analisam a capacidade dos governos para avançar com políticas e programas de dados abertos como parte da ampliação de acesso à informação por parte dos cidadãos. Produto de uma pesquisa documental nos sitios web de dados abertos dos governos do Brasil, da Argentina e do Paraguai, as autoras demonstram que os três países contam com legislação federal que regula a política. No entanto, há heterogeneidade no avanço da política analisada e persistem obstáculos relacionados com a informação e acesso.

No artigo que fecha o volume, *Qualidade das notícias em ciência e medicina: a imprensa na medicina regenerativa no Brasil*, Liliana Acero discute a qualidade dos relatos recentes da imprensa na área de medicina regenerativa. Aplicando a aproximação teórica da Ciência, Tecnologia e Sociedade e o estudo sociológico qualitativo dos enquadramentos, a pesquisa visa compreender o impacto da imprensa na saúde coletiva. Acero afirma que, dentro de uma escassez geral de matérias, “(...) salientam-se dois enquadramentos principais: o científico e o social, que refletem deficiências nas histórias, um otimismo exagerado no progresso nacional e sua legitimação em fontes internacionais”. Em sua opinião, tal situação contribui a induzir vieses no entendimento público e o desenvolvimento de falsas expectativas sobre as terapias celulares.

Flavio Gaitán
Editor-chefe